

## A CONFIGURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA-MG

**MARIA VANDA DOS SANTOS**

Mestranda em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal  
Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal<sup>1</sup>  
[maria.vanda@ufu.br](mailto:maria.vanda@ufu.br)

**JOELMA CRISTINA DOS SANTOS**

Doutora em Geografia, docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal<sup>1</sup>  
[joelma.santos110@gmail.com](mailto:joelma.santos110@gmail.com)

**RESUMO:** A agricultura familiar está vinculada à família, à terra e ao trabalho, com características próprias de acordo com a região e localidade. Neste artigo, pretende-se discutir as relações socioeconômicas e culturais vivenciadas por agricultores familiares que comercializam sua produção em uma feira livre na cidade de Ituiutaba-MG. Organizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município, é popularmente conhecida como a “Feira do Sindicato”. Assim, pretende-se discutir a importância da feira para esses agricultores e para o município de Ituiutaba - MG. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a agricultura familiar no Brasil e sobre as feiras livres, levantamento de dados de fonte primária, com entrevistas junto ao presidente do sindicato e a feirantes, expondo suas vivências e experiências, a partir desse espaço laboral. A partir dos argumentos apresentados pelos entrevistados, em sintonia com a teorização de pesquisadores que tratam sobre a temática, elaboramos o presente artigo.

**Palavras-chave:** agricultura; feira; relações econômicas socioculturais.

### CONFIGURATION OF FAMILY AGRICULTURE AT THE TRADE UNION FAIR IN ITUIUTABA-MG

**ABSTRACT:** Family farming is linked to the family, land, and work, with its characteristics according to the region and locality. In this article, we intend to discuss the socioeconomic and cultural relations experienced by family farmers who sell their produce at an open market in the city of Ituiutaba-MG, idealized by the rural workers union in the municipality, popularly known as the "Union Trade Fair". Thus, the aim is to understand the importance of the fair for these farmers and the municipality of Ituiutaba-MG. To achieve the proposed objectives, bibliographic research was carried out on family farming in Brazil and on open markets, data collection from a primary source, with interviews with the union president and market traders, exposing their experiences from this workspace. Based on the arguments presented by the interviewees, in line with the theorizing of researchers, who deal with the subject, we have elaborated this article.

**Keyword:** agriculture; market; sociocultural and economic relations.

### LA CONFIGURACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LA MERCADO SINDICAL DE ITUIUTABA-MG

**RESUMEN:** La agricultura familiar guarda relación con la familia, la tierra y el trabajo, con características propias según la región y localización. En este artículo pretendemos debatir acerca de las relaciones socioeconómicas y culturales experimentados por los agricultores familiares que venden su producción en un mercado abierto en la ciudad de Ituiutaba-MG, idealizado por el sindicato de trabajadores rurales del municipio, conocido popularmente como la “Feria Sindical”. Así, el objetivo propuesto es entender la importancia de la feria para estos agricultores y para el municipio de Ituiutaba - MG. A fin de lograr los objetivos presentados, se realizó una investigación bibliográfica sobre agricultura familiar en Brasil y en mercados abiertos, recolección de datos de fuentes primarias, con entrevistas al presidente del sindicato y comerciantes del mercado, exponiendo sus experiencias y vivencias, desde este espacio de trabajo. Basándose en los argumentos presentados por los entrevistados, en consonancia con las teorizaciones de investigadores, académicos que abordan el tema, el presente artículo ha sido elaborado.

**Palabras clave:** agricultura; mercado; relaciones económicas socioculturales.

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Rua Vinte, 1600 - Bairro Tupã. CEP: 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil.

## Introdução

A agricultura sempre teve uma grande importância no município de Ituiutaba-MG, inclusive sendo considerada na década de 1960, a “capital do arroz” (SILVA; FERREIRA, 2014). Apesar do êxodo rural, pode-se perceber que na região do Pontal do Triângulo Mineiro ocorreu um movimento maior em torno da denominada agricultura familiar, sendo que no município de Ituiutaba- MG, as feiras livres foram se ampliando e fortalecendo as relações econômicas e socioculturais neste segmento.

A agricultura familiar caracteriza-se por uma gestão da propriedade compartilhada pela família, com a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte geradora de renda, na qual o/a agricultor/a tem uma relação particular com a terra, visto ser esta [a terra] seu local de trabalho e moradia (BRASIL, 2016), sendo a diversidade produtiva, também, uma característica marcante desse setor. Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, utiliza de mão de obra da própria família, tem renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

Em meio às vivências, experiências e questões de sociabilidade existente no espaço onde acontece a feira livre, Dall Agnol (2014, p.65) reconhece esse ambiente como um lugar propício para a fusão de ideais, sonhos, esperanças que resultam em uma constante elaboração e representação das práticas sociais inseridas naquele contexto.

A feira não é um simplesmente local de comercialização de mercadorias, mas é também um espaço público no qual as relações de trocas comerciais e não comerciais acontecem, sendo um lugar de importância fundamental para a produção e reprodução de práticas sociais. Analisando as feiras livres de Ituiutaba, compreende-se que elas fazem parte do cotidiano de parte da população local, revelando uma complexidade de situações, entre as quais as relações de produção, compra e venda, mas também aspectos culturais, relações face a face e interações sociais entre feirantes e consumidores (DALL AGNOL, 2014, p.65).

Dessa forma, apresenta-se como objetivo central deste artigo discutir a importância da feira livre realizada pelos agricultores associados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Ituiutaba, feira essa conhecida como a feira da agricultura familiar, ou feira do produtor e oficialmente reconhecida como a feira do sindicato, para os agricultores familiares e para o município de Ituiutaba- MG. Isto posto, além desta introdução, no item a seguir discutiremos as abordagens sobre a agricultura familiar no Brasil, destacando conceituações de termos relacionados ao espaço geográfico; no item subsequente a este, teceremos breves considerações sobre as feiras livres e; posteriormente segue um item em que se realizará uma discussão sobre a feira do Sindicato no município de Ituiutaba-MG, como espaço para a agricultura familiar, enfatizando o perfil pessoal, profissional e social dos feirantes, público alvo desta pesquisa, seguido das considerações finais e referências.

## Agricultura familiar no Brasil e sua ocupação espacial

A agricultura familiar é caracterizada como uma relação firmada no tripé família, terra e trabalho e evidencia várias particularidades regionais e locais e, conforme Picolotto (2015, p. 2), “a emergência da categoria familiar e dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira”. De acordo com os estudos de Carvalho (2015), a descoberta da agricultura foi como um divisor na biografia da civilização desde os

povos do período paleolíticos, depois os povos do período neolítico, bem como as culturas mais primitivas que foram aprimorando e acrescentando novas formas de manejo agrícola, que servem de exemplos até os dias atuais.

Para Schmitz e Mota (2006, p. 911), a agricultura familiar, na atualidade, ainda é identificada com cinco diferentes designações, sendo elas o “campepinato; pequena produção; agricultura familiar; produção familiar rural e produção familiar coletiva”. Ainda de acordo com Schmitz e Mota (2007, p. 913), os conceitos para a categoria de trabalhadores da área rural possuíam conotações políticas com o objetivo de serem moldados de acordo com os propósitos governamentais:

Apesar dos termos campepinato, pequena produção e agricultura familiar terem sido considerados conceitos de ação política, muitas vezes, foram usados como sinônimos e, na época do predomínio de cada um no debate, tinham em comum o fato de descrever os mesmos segmentos da população rural.

Já na explicitação de Marques (2000, p.5), o campepinato representava um importante grupo familiar, e refere-se “a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra, como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.”. Prosseguindo sua fundamentação, o autor afirma que, “a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais” (MARQUES, 2000, p. 5).

A partir da diversidade relacionada às terminologias envolvendo a ruralidade no Brasil, Wanderley (1996, p.2) afirma que a agricultura familiar “não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural”. Entretanto, vem sendo utilizada de uma forma que “com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

Para Wanderley (1996), na contemporaneidade, proliferaram diversos formatos de agricultura familiar, influenciados pelas transformações no meio urbano, no mundo globalizado, na economia, conseqüentemente, em busca da sobrevivência esses agricultores transfiguram-se em agricultores modernos atendendo à reprodução das práticas vigentes.

Chama particularmente a atenção a agudeza e a pertinência das conclusões ao estudo comparativo sobre as coletividades rurais, nas quais Jollivet e Mendras apontavam, ainda no início dos anos 70, para a natureza das mudanças que efetivamente se realizaram nas décadas seguintes, e cujo eixo é dado pela perda crescente da autonomia tradicional, conseqüência da integração e subordinação à sociedade englobante e pelo esvaziamento das sociedades locais, provocado pelo êxodo rural. (WANDERLEY, 1996, p.7)

Após a agricultura familiar passar por um período de estagnação e esquecimento, Picolotto (2014), evidencia que em meados dos anos 1990 houve a implantação de importantes políticas públicas voltadas ao setor agrícola como, por exemplo, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1988-1995), ministério esse responsável pelas questões pertinentes à agricultura familiar e à reforma agrária, bem como com a retomada de atenção por parte dos acadêmicos e dos sindicatos da área rural, que passaram a considerar a agricultura familiar como um projeto econômico e politicamente viável para o país.

Conforme relata Dall Agnol (2017, p. 41), na década de 1990 a agricultura familiar no Brasil foi resgatada pelo estado “a fim de promover o desenvolvimento no meio rural como estratégia para sanar os conflitos no campo”.

De acordo com os estudos de Gobbi e Pêsoa (2009), na década de 1990, no Brasil, as discussões sobre a agricultura familiar começaram a fazer parte das pautas governamentais



que reconheceram a capacidade deste grupo em movimentar a economia, gerando renda através de emprego e, conseqüentemente, melhorando as condições de vida no campo.

Conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, utiliza mão de obra da própria família, tem renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

De acordo Wanderley (1999), entende-se por agricultura familiar, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para a autora, o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, uma vez que se refere a uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho e tem conseqüências fundamentais para a forma como age econômica e socialmente.

Para Silva (2011), fatos como a polarização agrária e as diferentes circunstâncias vividas pelas regiões brasileiras no espaço rural, pela ideologia política, econômica e social comprometida, na época, com interesses dos grandes fazendeiros e comércio exterior, bem como com a consolidação do movimento dos trabalhadores rurais que lutavam para permanecerem em suas terras foram determinantes para que a agricultura familiar fosse inserida nos debates da sociedade atual com destaque para sua importância econômica, política e social.

Do ponto de vista de Schneider (2003), o processo de reconhecimento da existência da agricultura familiar ocorreu com a conexão de três elementos essenciais; articulação dos movimentos sociais voltados ao meio rural orquestrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reconhecimento pelo poder público ao instituir em 1996 o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pela abertura dada pelo campo acadêmico aos temas relacionados ao agrário e ao rural, lançando sobre o assunto um novo olhar.

A importância econômica da agricultura familiar para o Brasil pode ser comprovada através de dados do último censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado no ano de 2017, utilizando o período compreendido entre primeiro de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, abrangendo mais de cinco milhões de imóveis rurais no Brasil. O poder produtivo e econômico ficou evidenciado ao apresentar os seguintes dados, conforme descrição abaixo:

[...] 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. De acordo com o levantamento, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. (BRASIL, 2019, p. 1-2).

Ao lançar um olhar mais profundo através das narrativas de diversos autores percebe-se que a importância da agricultura familiar perpassa a área econômica, ao se fazer uma leitura de sua trajetória por meio da ocupação espacial por esses sujeitos, depara-se com um espaço modificado através da sociabilidade e cultura. No decorrer da pesquisa da qual resulta este artigo, percebemos o quanto é vasta a conceituação e significação do espaço geográfico.

Os conceitos e significados são influenciados de acordo com o olhar dado pelos sujeitos que reproduzem o mesmo e promovem a integração entre o comércio, à cultura e a sociabilidade.

Nesse sentido, Santos (2015, p. 4) afirma:

O espaço é resultado da produção, e cuja evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação.

De acordo com os estudos de Godoy (2005), em meados do século XX estava acontecendo uma significativa alteração no meio acadêmico em relação aos conceitos utilizados para o espaço. “O espaço passa a ser visto como uma criação humana que se realiza através do movimento da sociedade sobre a natureza” e nesse contexto resulta na capacidade reprodutiva da sociedade (GODOY, 2005, p. 2).

Do ponto de vista de Santos (2002, p. 23):

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, superação, redefine a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas das ciências modernas, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam.

Neste sentido, o espaço se define pelo movimento e este, por sua vez, redefine o espaço do homem, tendo como categorias básicas o seu redimensionamento de acordo com a sociedade e como esta redimensiona. “É a sociedade que dá sentido e anima as formas espaciais, atribuindo-lhes seus mais diversos conteúdos” (SANTOS, 1996, p. 86). No entendimento de Silva et al. (2014, p.2) o espaço público funciona como “lugares propícios ao embate de diferentes interesses e necessidades, uma vez que a modernidade urbana faz surgir um conflito entre os setores hegemônicos e os segmentos subalternos, comumente marginalizados”.

Ainda, na visão de Santos (2012), a grande questão a ser resolvida, tanto na teoria quanto na prática, é reorganizar o espaço para que ele seja o caminho para a implantação das igualdades sociais e, simultaneamente, restabelecer uma consciência social onde a desigualdade não prevaleça. Partindo do pressuposto de que a reorganização espacial pode ser o fio condutor que viabilizará a integração entre os diferentes tipos que formam a sociedade, notadamente, a agricultura familiar está inserida nessa reorganização ao intensificar as relações entre o campo e a cidade através da oferta de sua produção.

Para Bagli (2006), as relações entre cidade e campo são intensificadas, à medida que, os sujeitos percebem a conveniência de buscar no espaço do outro, objetos e relações que não estão disponíveis no seu próprio espaço e o estreitamento dessas relações leva a práticas comuns. Porém, isso não quer dizer que modo de vida será destruído ou que existirá alguma forma de predominância de um espaço sobre o outro. Mesmo havendo práticas similares, as características específicas se mantêm e a vida segue criando e recriando novas práticas.

Como fundamenta Portuguez (2015), o espaço transforma-se em urbano ou rural em decorrência de sua historicidade, recorte temporal e do trabalho do homem. Deste modo, o autor explicita:

Em outras palavras, no seio de uma determinada sociedade, o espaço rural é fruto do trabalho humano, assim como o urbano, cada um com suas características próprias, porém ambos engajados em um mesmo sistema de

processos históricos que lhes atribuem conteúdos, sentidos e significados (PORTUGUEZ, 2015, p. 80).

Com a valorização concedida aos agricultores familiares conforme declaração de Wanderley (2000, p. 18) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, esse grupo de agricultores acabou por atender um mercado desinteressante aos grandes agricultores, que é o mercado interno das cidades, e uma das formas de inserção dos agricultores familiares a estes mercados são as feiras livres, sobre as quais discutiremos no próximo item.

### **Breves considerações sobre feiras livres**

As feiras livres fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira, e apresentam uma diversidade de produtos para comercialização, tanto agrícolas como artesanais e, cada vez mais, tem-se expandido quanto à variedade de seus produtos. Nesse espaço, também, encontra-se presente um ambiente de relações interpessoais entre os feirantes, consumidores e outros sujeitos envolvidos. O trabalho executado nas feiras livres não é recente, como fundamenta Araújo e Ribeiro (2018, p. 561):

No Brasil as feiras livres remontam ao período colonial. A importância dessas feiras se manifesta no abastecimento direto de consumidores, na geração de renda para população rural e na animação do comércio urbano. Mas sua relevância ultrapassa a economia para compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura.

Os estudos de Gomes (2013) também esclarecem que as feiras livres no Brasil surgiram nos tempos remotos da colônia, e ficaram mais populares com a chegada da família real, em 1808, quando a Corte tomou algumas medidas para beneficiar as feiras livres, como a abertura dos portos às nações amigas”. No entanto, de acordo com os estudos de Santos (2012), o início da prática comercial através das feiras livres é incerto, já que existem afirmações de que 500 a.C essa atividade era realizada no Oriente médio e outras que afirmam seu surgimento na idade medieval e a relaciona às comemorações da igreja.

Para Guimarães (2010, p. 5), a origem das feiras livres ocorre com a prática comercial que acontecia durante as festas promovidas pela igreja, sendo que “a própria palavra latina feria, que deu origem à portuguesa feira, significa dia santo, feriado”. Essas cerimônias religiosas originaram-se no continente europeu, na Idade Média e foi essencial para o “desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII”.

No Brasil, o costume veio com os portugueses e há registros de feiras desde a época colonial. Existia a presença das populares quitandas ou feiras africanas, que eram mercados em locais preestabelecidos que funcionavam ao ar livre. Vendedoras negras negociavam produtos da lavoura, da pesca e mercadorias feitas em casa. Do mesmo modo, uma grande variedade de produtos que chegavam de navio era comercializada informalmente na Praça XV, no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2010, p. 5).

Oficialmente, para Queiroz e Azevedo (2013), foi no estado da Bahia, especificamente, no Recôncavo Baiano, no ano de 1732, que se originou a feira no Brasil. No entanto, Godoy e Rech (2013, p. 3) possuem outra informação:

Uma das primeiras referências sobre feiras-livres no Brasil vem do ano de 1687, quando, em São Paulo, no Terreiro da Misericórdia, oficializou-se a venda de gêneros da terra, hortaliças e peixes. As feiras que mais se assemelhavam às atuais feiras-livres paulistas aconteceram no final do



século XVIII, com o desenvolvimento de praças de comércio para o abastecimento dos tropeiros, nas redondezas dos locais de pouso das tropas de gado. A partir de então, as feiras se expandiram por todo o Brasil, desempenhando importante papel no abastecimento urbano dos mais diversos tipos de produtos agropecuários revestindo-se de importância principalmente entre pequenos agricultores.

Apesar da incerteza que envolve o surgimento das feiras livres, Lucena e Germano (2016) afirmam que, essa atividade comercial iniciou-se a partir da aglomeração humana advinda do abandono ao nomadismo, quando o homem passou a cultivar a agricultura começando a produzir excedentes.

Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 84) apontam que as feiras livres são:

Um comércio onde o sujeito moderno é obrigado a interagir animadamente com estranhos e a se confrontar a um misto de formas, cores e cheiros que seus olhos não são capazes de discernir ou classificar rapidamente. Podemos dizer, talvez, que a feira livre seja uma filha rebelde da modernidade que insiste em desafiar-la.

Nos relatos de Madeira (2007), de acordo com a história brasileira, o surgimento de cidades como Pernambuco, Caruaru e Campina Grande, situadas na Paraíba, bem como Feira de Sant'Anna, na Bahia, aconteceu devido uma exigência imposta no período colonial, de que para a fundação de uma cidade era necessária a escolha de um dia para a realização da feira para abastecer a população do lugar com variados tipos de alimentos.

Há referências a muitas feiras no século XVIII, em várias localidades e freguesias, como na Mata de São João, na vila de Nazaré, Bahia, em Cruz das Almas, Pernambuco, ou em Laranjeiras, Sergipe. A Feira de Caruaru condensa muitos sentidos. Ela é uma das mais antigas e talvez a maior de todas no Brasil – mais de um milhão de pessoas circulam ali por ano –, celeiro da cultura popular, tendo no cordel, na xilogravura e na cerâmica imaginária alguns dos pontos mais evidentes de seu interesse para o patrimônio nacional. As feiras podem ser entendidas como um espaço liminar entre o rural e o urbano, entre o regulamentar e o espontâneo, entre o artesanato e a mercadoria industrial. Elas acompanham e foram se adaptando às contingências, contradições e à dinâmica do capitalismo. Hoje, adentrando o século XXI, não perderam seu vigor e sua capacidade de aglutinação de grupos, mesmo considerando esta fase tardia do capitalismo globalizado e baseado no consumo, que passou a reger e a organizar o mundo das trocas em espaços especializados como shopping centers, supermercados, redes de delicatessen, lojas de departamento (MADEIRA, 2007, p. 20-21).

Em Minas Gerais, conforme Carvalho (2015), as feiras livres continuam resistindo e são incentivadas a permanecerem ativas através da política de apoio à agricultura familiar implantada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), que com o Projeto de Apoio às feiras Livres: “Aqui tem feira!”, fomenta os circuitos locais de comercialização gerando ocupação e renda para agricultores familiares, contribuindo para a promoção de a segurança alimentar e colaborando com o desenvolvimento econômico.

Ao abordar a questão da segurança alimentar faz-se necessário uma breve explanação sobre essa temática, uma vez que de acordo com Thomaz Júnior (2007, p.1), essa concepção sobre a segurança e soberania alimentar serão vistas “como produto da construção da autonomia da classe trabalhadora para decidir o que produzir de alimento, como, quantidade, qualidade, onde, sob quais condições, etc”, fomentando assim, “as ações dos movimentos sociais e demais setores organizados em direção à edificação de novos

referenciais de sociedade, produto do embate de classe, das disputas ideológicas, partidárias e acadêmicas”.

Conforme Stedille e Carvalho (2012), a segurança e a soberania alimentar, podem ser termos facilmente confundidos e usados de maneira equivocada quanto à suas designações.

Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. (STEDILLE; CARVALHO, 2012, p.716-717)

Para BeliK (2003, p.14), a terminologia segurança alimentar surgiu durante a segunda guerra mundial com a Europa enfraquecida, assolada pela fome e com a sua capacidade produtiva destruída. Para o autor, “esse conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos”.

Neste contexto, em um primeiro momento compreende-se que as feiras livres funcionam como um importante espaço de comercialização de diversos produtos oriundos da agricultura familiar. Na visão de Pereira, Brito e Pereira (2017), as feiras livres são também espaços de socialização, identidade regional e cultural, bem como de articulação política, assim como de inclusão social. Nas feiras, há movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito peculiar, que se misturam com a paisagem local.

Na feira de Minas Novas em Minas Gerais, de acordo com Ribeiro, Castro e Ribeiro (2004 p. 7), uma interessante observação dos autores é de que bem mais do que um espaço comercial, a feira cria uma atmosfera que proporciona longas conversas, oferece um ambiente descontraído, prazeroso e relatam que muitas pessoas vão à feira passear “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado”.

A interpretação da história e da realidade das feiras livres, enquanto espaço social e cultural pode ser mais bem compreendido a partir da seguinte citação de Santos (2005, p. 22):

Se deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem, pois a história não se escreve fora do espaço (SANTOS, 2005, p. 22).

Para Silveira et al. (2017 p. 2), nas feiras a comunicação vale mais do que a etiqueta de um produto, “pois é no grito do feirante ou na pechincha dos consumidores que as feiras vêm sobrevivendo ao avanço dos supermercados”.

Existem, ainda, outros fatores que garantem a sobrevivência das feiras, conforme o autor abaixo:

A variedade de produtos concentrada num mesmo lugar e os preços reduzidos são dois grandes atrativos da feira, que possibilitam o consumo nas camadas da população de menor poder aquisitivo. A feira recebe consumidores com variadas capacidades de compra, no entanto, para o consumidor de baixa renda, se intensifica a importância da feira, tanto pelos



preços praticados, como pela disponibilidade de produtos populares e pela facilidade de acesso (COUTINHO et al., 2006, p. 4).

De acordo com Sato (2007), feira corresponde à festa. Em seus estudos ela compara as feiras existentes na era medieval onde havia a reunião de diferentes personagens, vindos de diversos lugares, em ocasiões de festas na comemoração da igreja para comercializar seus produtos com as feiras espalhadas pelo Brasil, onde os feirantes negociam, se divertem e sociabilizam-se entre si.

Economicamente, o principal apoiador da agricultura familiar é o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Por este Programa, agricultores familiares podem acessar várias linhas de crédito de acordo com sua necessidade e o seu projeto (BRASIL, 2017). A produção voltada para a comercialização pode, ainda, exigir dos agricultores familiares atitudes e grau de profissionalismo e de conhecimento da realidade em que vão atuar; definição do destino da produção; definição do tipo de produto (se têm afinidade com ele, se querem produzi-lo); a capacidade necessária da unidade familiar em desenvolver tal atividade; a realização de uma pesquisa de mercado, por mais simples que seja, para ver como o público consumidor se posiciona com relação ao produto ofertado; o atendimento do cliente, cada vez mais exigente, que demanda mercadorias de qualidade e com regularidade de oferta (FERREIRA, 2013).

Segundo os estudos de Pereira, Brito e Pereira (2017), a importância da feira, também, se dá na oportunidade de abastecimento de produtos de características locais, além da confiabilidade do consumidor de conhecer a origem dos produtos, adquiridos por valor acessível, com uso quase que nulo de agrotóxicos. As características das feiras são, portanto, um diferencial impulsionador da agricultura familiar. Apesar de competirem com o comércio varejista, formado por mercados e supermercados, as feiras persistem e resistem, o que indica que além dos aspectos econômicos, elas trazem consigo aspectos de outras naturezas, como a social e a cultural (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

De acordo com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) - Brasil (2015):

Em todo o Brasil, existem 5.119 feiras livres em 1.176 municípios, a maioria delas (83%) com periodicidade semanal, além de 1.331 feiras agroecológicas ou com produção orgânica em 624 municípios. “Esse é um dado muito positivo, porque as feiras representam, ao mesmo tempo, uma boa opção de acesso a alimentos saudáveis para a população e uma boa fonte de renda para os produtores locais, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar”, analisa Patrícia Gentil, coordenadora-geral de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (BRASIL; 2015, s/p)

É neste contexto que no próximo item discutiremos sobre a importância da feira do Sindicato em Ituiutaba, tanto do ponto de vista econômico como sociocultural para os agricultores familiares do município que movimentam o espaço cedido pelo sindicato e que, em dias pré-determinados oferecem sua produção, seus saberes, experiências, alegrias, reproduzindo e compartilhando práticas tradicionais bem quistas no espaço urbano.

## **A feira do sindicato em Ituiutaba-MG**

As feiras livres estabelecem relações sociais e econômicas que interferem positivamente na economia das cidades e têm importante papel de socialização. Nas palavras de Silva, Miranda e Castro Júnior (2014, p. 273): “o aspecto econômico potencializa-se nas

redes de sociabilidades, pois, da economia à cultura, a feira possui diferentes perspectivas e finalidades, de acordo com a intenção daqueles que por ali circulam”. Com seu conjunto de simbologia e significados, a feira resiste, atendendo a carência de espaços sociais diferentes dos ofertados pelos modelos padronizados como hipermercados, lojas de departamento e shopping centers, mantendo vivas as expressões culturais vivenciadas em seu espaço.

A feira do sindicato na cidade de Ituiutaba surgiu de um impasse gerado entre a prefeitura municipal e o sindicato dos trabalhadores rurais quando, no ano de 2014, o presidente do sindicato percebeu a dificuldade que seus associados encontravam na comercialização de sua produção e buscou resolver essa questão junto à prefeitura municipal que não cooperou com a liberação de novos alvarás para que os agricultores pudessem participar das feiras existentes na cidade. De acordo com Melo (2020), nesse momento o sindicato cedeu um terreno que estava ocioso e arcou com a construção de um barracão lançando a feira que recebeu o nome de “feira do sindicato” e que acontece, desde então, toda sexta-feira no período da tarde ao lado da sede do sindicato.

Após realização de trabalho de campo, como observação e entrevista, com os agricultores participantes da Feira constatou-se que cinquenta e três agricultores participam da feira comercializando diversas mercadorias como: artesanato, hortaliças, frutas, verduras, carne de porco caipira, aves, açúcar mascavo, doces, derivados do leite, farinhas e grãos, quitandas caseiras, salgados, pamonha, caldo de cana, licores e outras delícias.

Pôde-se constatar durante a realização do trabalho de campo em Ituiutaba, a maneira como as barracas são posicionadas e a exposição dos produtos, com suas cores e cheiros, favorecendo a aproximação curiosa de quem circula no local, o que acaba resultando em uma transação comercial ou em uma boa conversa e, na grande maioria das vezes, nas duas coisas. Isto nos remete à associação com um tipo de atividade de lazer, conforme ressaltam Silva; Miranda; Castro (2014).

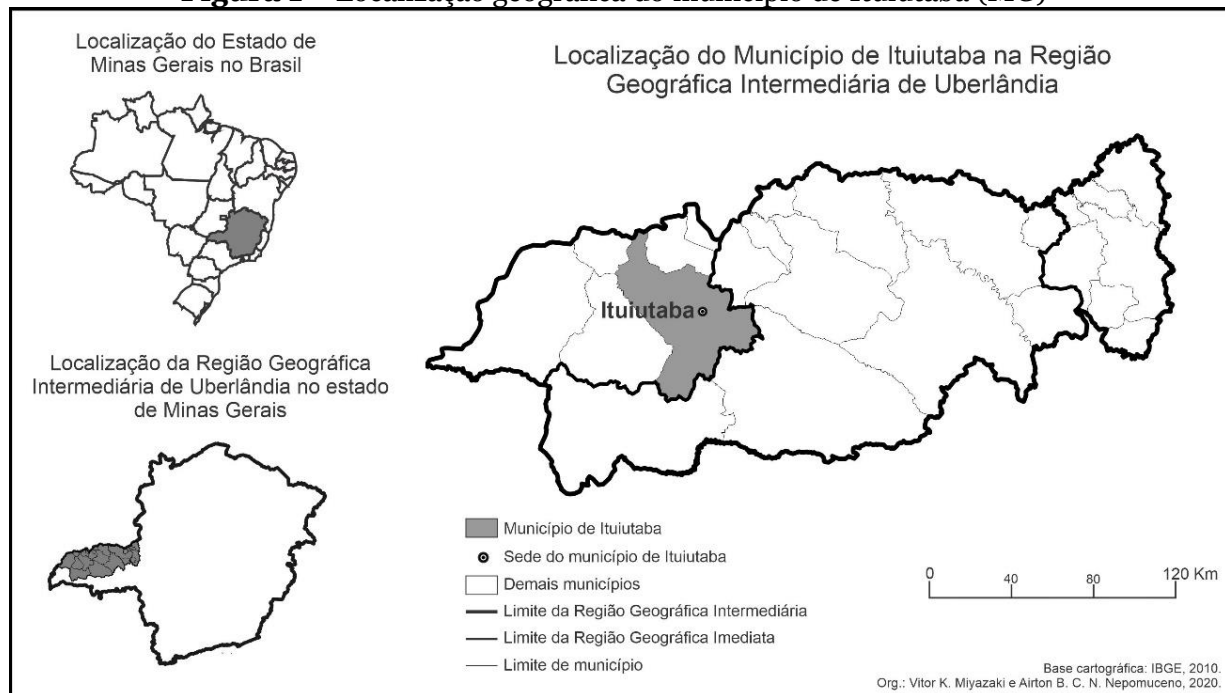
Uma das cenas mais comuns foram os encontros entre amigos, os momentos para fofoca e a dispersão da rotina. Isso demonstra a capacidade da Feira de instaurar um sentimento de comunidade e celebração entre as pessoas. Assim, ainda que não o percebam, os sujeitos vivem um tipo de lazer durante as horas em que circulam pela Feira (SILVA; MIRANDA; CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 286).

O funcionamento das feiras livres em Ituiutaba é regulamentado pela Prefeitura Municipal, através da Secretária de Agricultura que, delibera as diretrizes da logística do evento tais como: localidade, logística funcional (tipo de barracas e de instalação), número de feirantes participantes e quais os produtos podem ser vendidos no local, exceto, a feira do sindicato, “que ocorre no Barracão dos Produtores Rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba e foi idealizada pelo vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Divino de Melo” (DALL AGNOL, 2014, p. 35).

A Figura 1 apresenta a localização geográfica da cidade de Ituiutaba no âmbito das regiões geográficas do IBGE.

Em Ituiutaba, os agricultores familiares do município contam com um espaço cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e situado no Bairro Progresso, na Rua quarenta com a avenida sete, para comercialização de sua produção, denominada Feira do Sindicato. Esta feira acontece semanalmente, às sextas-feiras, no período da tarde e, conta com a participação de, aproximadamente, cinquenta famílias que vivenciam todos os desafios inerentes da agricultura familiar na região.

**Figura 1** – Localização geográfica do município de Ituiutaba (MG)



**Fonte:** Nepomuceno e Miyazaki, 2020.

Em entrevista com o atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba<sup>2</sup> constatou-se que a feira, (re)conhecida como a Feira do Sindicato, surgiu em 2014, quando o mesmo assumiu a presidência. Segundo ele, o seu principal objetivo era solucionar o problema de escoamento de produção enfrentado pelo pequeno produtor rural, filiado ao Sindicato. Evidenciou-se em seu discurso que sendo filho de agricultores familiares e feirantes, em um município vizinho, na região de Canápolis – MG, que sempre trabalharam nas feiras convencionais, conheceu de perto a dura realidade vivenciada pelo pequeno produtor e buscou a inserção dos mesmos nas feiras existentes na cidade para que pudessem comercializar seus produtos, não obteve êxito na liberação de novos alvarás pela prefeitura local e desse impasse surgiu à ideia de oferecer um espaço próprio para seus associados.

A história de vida do presidente do sindicato possui uma forte conexão com os agricultores filiados ao sindicato e esse fato foi um dos pilares que o motivou a oferecer melhorias quanto à inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho através da idealização da feira do sindicato. Em uma de suas narrativas sobre esse projeto evidenciou-se a qualidade e a segurança dos produtos ali comercializados.

O agricultor colhe de manhã para vender aqui na parte da tarde. O queijo fresco... ele faz [ele] na semana, traz meia cura e o do dia fresquinho. Com uma vantagem, o produto da agricultura familiar é praticamente sem agrotóxico, diferente do produto que vem de grandes escalas das grandes lavouras.

Através da direção do sindicato, os agricultores familiares recebem também assessoria comercial para fixação de preços de acordo com o mercado, o que impede que preços abusivos ou abaixo do mercado sejam praticados no recinto, o que poderia prejudicar o empreendimento e afastar os fregueses. Essa prática está surtindo bons frutos e a feira

<sup>2</sup> Realizada virtualmente, em atendimento às normas de segurança impostas pela Organização Mundial da Saúde no combate à pandemia do COVID19.



acontecerá duas vezes na semana, tradicionalmente às sextas-feiras e na terça-feira com início no final da tarde estendendo-se até às 21 horas. Segundo Melo (2020)

Para quem produz o quiabo, o alface, colher só uma vez por semana é pouco e, também, o pessoal do comercio reclama que trabalha o dia todo e quando chega aqui, sai do serviço a feira já acabou. Então, vamos ficar até umas nove horas da noite, as pessoas produzem e o pessoal da cidade gosta de comprar esses produtos aqui quase sem agrotóxico.

Ainda que as dificuldades sejam constantes, uma vez que a verba que sustenta o sindicato venha através de adesão, após o fim da contribuição sindical estipulada pelo governo do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, “o sindicato oferece assistência médica, dentária, assessoria jurídica e oftalmologista (uma vez por mês)”.

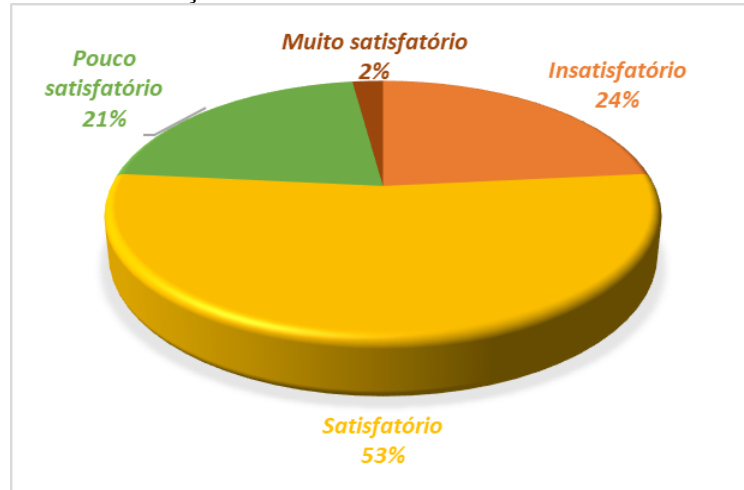
Neste contexto, tem-se a corroboração de Picoloto (2014, p. 16) ao explicitar:

[...] a incorporação da categoria agricultura familiar pelas organizações sindicais não se deu de forma passiva frente às elaborações de outros agentes. Enquanto nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, em trabalhos acadêmicos sobre o tema e na própria Lei da Agricultura Familiar são feitas definições mais genéricas e normativas do que seria a agricultura familiar, seja a caracterizando como empresa familiar e como herdeira do campesinato, seja a delimitando como unidade de exploração familiar com área de até quatro módulos fiscais, com força de trabalho predominantemente da família, que reside na propriedade etc. Por sua vez, as organizações sindicais de agricultores, mesmo dialogando com essas definições, tendem a lançar acepções mais subjetivas, ligadas à especificidade da família agricultora, ao seu local de trabalho e de vida, à cultura local, à produção de alimentos, à tradição, à diversidade, associando-a a um valor positivo, como superação de uma condição de inferioridade social que historicamente lhe foi atribuída. O sindicalismo procura mostrar que a construção da ideia-força agricultura familiar seria resultado de lutas políticas, culturais e morais por reconhecimento social.

Deste modo, percebe-se a coerência na fundamentação de Picoloto (2014) e no discurso do então Presidente do Sindicato ao revelar que o gargalo, o problema do agricultor não está na sua capacidade produtiva, “trabalhar todo mundo sabe, produzir todo mundo sabe, no entanto tem a dificuldade da comercialização”, confiante no potencial dos seus associados e na agricultura familiar num todo nos relatou que sonha com o dia que Ituiutaba será sede de um centro de distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar. No seu entendimento, a cidade possui condições favoráveis “tem muita água, tem muita gente pra trabalhar e com sua produção abrir um mini Ceasa aqui, mas, lamentavelmente, não existe o incentivo do poder público municipal”, tanto no econômico, quanto na oferta de uma assistência técnica de forma contínua.

No decorrer dessa pesquisa constatou-se que as feiras livres representam um lugar propício à interatividade, relações econômicas, sociais e culturais onde os sujeitos envolvidos desfrutam e compartilham democraticamente da produção e reprodução do espaço vivido. Diversos dados foram levantados, conforme representação dos gráficos abaixo, ao avaliar as respostas obtidas pelos feirantes sobre resultados e situações vivenciadas no local. Os resultados obtidos no Gráfico 01 mostraram a forma como os feirantes entrevistados avaliaram seu rendimento financeiro.

Gráfico 01 – Avaliação dos feirantes sobre seu rendimento financeiro

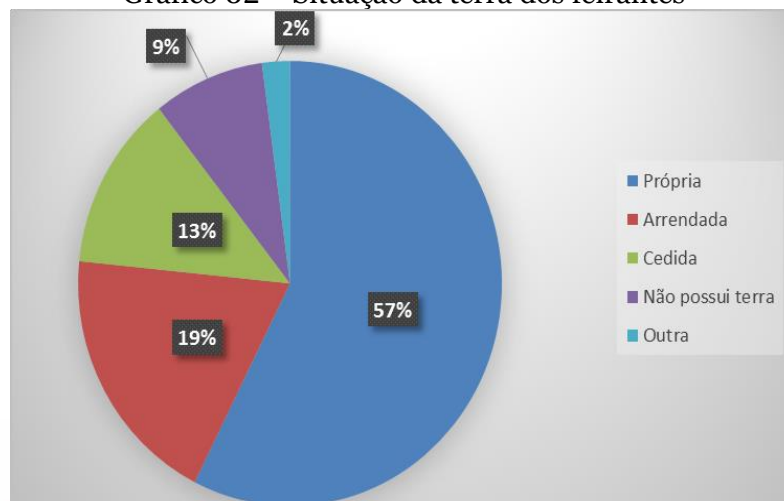


Fonte: Trabalho de campo, fev. 2020  
Org.: Santos, M. V., 2020

Assim, conforme o Gráfico 01, 2% dos feirantes avaliou seu rendimento financeiro como muito satisfatório; 21% pouco satisfatório; 24% insatisfatório e 53% satisfatório. Desta forma, a maioria avalia o rendimento financeiro como satisfatório, em sintonia com o discurso do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (2020): “graças a Deus, tá dando certo, tem agricultor aí que agora já precisa de um ajudante. Vem causando diferença na vida dessas famílias que trabalham com a agricultura familiar”.

O gráfico 02 refere-se à situação da terra em que os feirantes produzem.

Gráfico 02 – Situação da terra dos feirantes

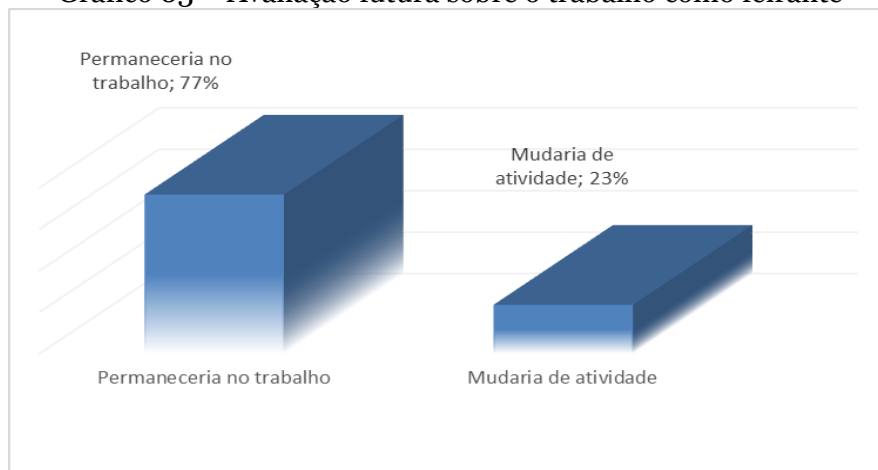


Fonte: Trabalho de campo, fev. 2020  
Org.: Santos, M. V., 2020

Os resultados obtidos no Gráfico 02, demonstram a importância dada à terra pelos agricultores familiares, sendo que 57% são os proprietários da terra em que produzem, afirmando assim uma relação diferenciada com a terra e a tradição familiar uma vez que, para muitos, essa posse veio em forma de herança.

No gráfico 03 os feirantes entrevistados respondem sobre suas aspirações futuras quanto à sua profissão.

Gráfico 03 – Avaliação futura sobre o trabalho como feirante



Fonte: Trabalho de campo, fev. 2020  
Org.: Santos, M. V., 2020

Os resultados obtidos no Gráfico 3 corroboram com importantes depoimentos e autores citados na pesquisa ao revelar que se tivessem oportunidade de escolher, 77% dos entrevistados permaneceriam na feira, contra 23% que mudariam de atividade. Percebe-se que a feira, além de agregar valor econômico na vida dessas famílias, funciona como instrumento de relações caras que merecem ser preservadas e mantidas.

Durante a pesquisa de campo foi presenciada a comercialização de diversos produtos como hortaliças, frutas, verduras, carnes e aves, doces, derivados do leite, farinhas e grãos, quitandas caseiras, salgados, pamonha e até o “chá do amor”<sup>3</sup>. acompanhado de um delicioso biscoito frito. O chá foi batizado pela Feirante 1, que demonstrou uma visão empreendedora e usa essa marca como uma jogada de marketing, que têm feito muito sucesso no recinto da feira.

De acordo com Guimarães (2010), a função mercantil da feira livre coloca em segundo plano sua capacidade de manter e promover a cultura popular no seu meio. No entanto, o apelo social e cultural da feira se impõe afluindo a questão da identidade, da noção comunitária, da divulgação de diferentes costumes e possibilita os relacionamentos entre os diversos sujeitos que a compõem, proporcionando, assim, o despertar de uma consciência coletiva mais humanizada e unida. Em seu entendimento, a feira livre surge como “uma possibilidade de reafirmação da identidade do povo brasileiro, já que destaca os costumes e a cultura popular, promove troca de conhecimentos, resgate de valores e sensação de integração social” (GUIMARÃES, 2010, p.1). Essa afirmação corrobora o posicionamento de uma feirante, durante a pesquisa de campo, na feira do Sindicato, ao ser questionada se a renda como feirante era suficiente ou não para o sustento da família, a mesma afirmou:

Minha filha, não tem como dar... o dinheiro é pouco. Sou aposentada e os filhos complementam minha renda e isso aqui, no meu caso, é só diversão. Moro sozinha, fiquei viúva, filhos todos casados, aqui encontro amigos, converso com os fregueses, rio. Ano passado terminei um curso de Teologia à distância, quando acabou comecei a vir para a feira. Invés de ficar em casa sozinha com minhas dores, ter que depois fazer terapia, entrar em depressão,

<sup>3</sup> O “chá do amor” é um chá de canela, recebeu esse nome como estratégia de marketing.



eu preferi marcar um encontro com a alegria e, aqui estou, há mais ou menos um ano (FEIRANTE 2).

Desta maneira, percebe-se que na feira acontece ainda a inclusão dos que se sentem solitários e vislumbra ali um local que, por certo espaço temporal, será socialmente valorizado, verão e serão vistos. As feiras livres constituem-se em espaços para a população adquirir produtos com origem do próprio município e uma valorização para os pequenos produtores que precisam dela para vender seus produtos.

## Considerações finais

Este artigo buscou discutir a importância da feira livre para os agricultores familiares e para o município de Ituiutaba- MG. A agricultura familiar tem como característica a sustentação no tripé família, terra e trabalho, a agricultura se iniciou em pequenos grupos no interior das famílias, sendo que as técnicas usadas foram passadas de geração em geração, até os dias atuais. Nestes termos, a agricultura familiar envolve os membros da família como proprietários dos meios de produção que assumem o trabalho e a sua produção.

Pode-se constatar que a agricultura familiar é muito importante no quesito socioeconômico, ao referir-se à ocupação espacial tem-se que o espaço é modificado por meio da sociabilidade e cultura, em perfeita integração com o comércio. Assim, o espaço define-se pelo movimento e redefine-se o espaço do agricultor, que atribui a ele seus diversos conteúdos, e, ainda, se intensificam as relações que são fortalecidas entre a cidade e o campo.

Após realização de observação e entrevista com os agricultores participantes da Feira do Sindicato de Ituiutaba, constatou-se que aquele espaço destinado ao trabalho e comercialização de sua produção possui outros valores, além do comercial, intrínsecos em seu cotidiano. Pode-se verificar que é um espaço modificado onde existe a interação, surgem novas amizades e, para alguns feirantes, funcionam como um passeio ou uma terapia. A pesquisa mostrou que fica muito perceptível a satisfação com o trabalho ali realizado ao constatar, após a compilação dos dados, que 81% dos entrevistados declaram-se, ao final da feira, recompensados por mais um dia de trabalho e que são valorizados pelos frequentadores da feira.

Diante do exposto, compreende-se de forma incontestável a importância da agricultura familiar para o Brasil. No entanto, apesar do reconhecimento através da criação de políticas públicas voltadas para o setor, das pesquisas científicas sobre o tema, da segurança alimentar, no quesito qualidade, falta a união dos elementos político, econômico, cultural e social para que as propostas sejam alicerçadas na vontade de fazer acontecer de forma real, na prática, a valorização desses sujeitos responsáveis por abastecer, com uma enorme diversidade de alimentos, a mesa de tantos brasileiros.

## Referências

ARAÚJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Volume 26, nº. 3, Outubro de 2018 a Janeiro de 2019. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/1199>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista.

Campus de Presidente Prudente. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96752/bagli\\_p\\_me\\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96752/bagli_p_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 de Junho de 2019.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v.12, p.12-20, 2003. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2003.v12n1/12-20/> Acesso em: 12 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <https://gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Org.). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf: O que é o PRONAF?** 2017. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp). Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Org.). **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Mapeamento de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios: resultados preliminares**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/mapa\\_san\\_resultados\\_preliminares.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/mapa_san_resultados_preliminares.pdf). Acesso em 13/03/2020

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006.

CARVALHO, Thiago. – Assessor técnico da Superintendência de Acesso à Mercados e a Comercialização – SUMEC / Seda. – Artigo- Opinião: **As feiras livres da agricultura familiar**. 2015. Disponível em: <http://agrario.mg.gov.br/feiras-livres-da-agricultura-familiar/artigo2> - Acesso em 19 de maio de 2019

COUTINHO, Edilma Pinto; NEVES, Halanna Cavalcante da Nóbrega; NEVES, Hamanda Cavalcante da Nobrega; SILVA, Eurides Marcílio Ginu da. Apresentação sem presença de debatedor comercialização, mercados e preços agrícolas. XLIV Congresso da Sober “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. **Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

DALL AGNOL, Jaqueline. **As feiras de produtores e o circuito inferior da economia em Ituiutaba**: Análise econômica de produtores e consumidores nas feiras da Junqueira e do Sindicato dos trabalhadores rurais. 76 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU - MG, Brasil, 2014.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Estratégias de acesso a mercados para agricultura familiar**. Brasília: Fundação Banco do Brasil - Fbb, 01 jun. 2013. Disponível em: [http://cirandas.net/articles/0015/5708/Estrat%C3%A9gia\\_de\\_Acesso\\_a\\_Mercados\\_para\\_Agricultura\\_Familiar.pdf](http://cirandas.net/articles/0015/5708/Estrat%C3%A9gia_de_Acesso_a_Mercados_para_Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de; GERMANO, José Willington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22121>. Acesso em: 10 mar.2020

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da canoa. **Geo UERJ**, v. 1, n. 19, p. 79-110, 2009.

GODOY, Wilson Itamar. As feiras livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. **Pelotas: UFPEL**, 2005.

GODOY, Wilson Itamar; RECH, Rogério. Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 40-47, 2013.

GOMES, Almiralva Ferraz. Perfil socioeconômico de mulheres feirantes: um estudo no interior baiano. **IV Encontro de Administração Política**, v. 4, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/artigos/eap052.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

MADEIRA, Angélica, VELOSO, Mariza. **A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília**, DF: IPHAN / 15<sup>a</sup> Superintendência Regional, 2007. 80 p.: il.; 21 cm. ISBN: 978-85-7334-63-1 1. Feiras - Brasília. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/feiras\\_permanentes.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/feiras_permanentes.pdf). Acesso em: 21 de junho de 2019.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: O caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO.** 2000. Tese. 237 f. (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2000.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. (2008). Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. **Ateliê Geográfico**, 2(2), 72-87. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v2i2.4710>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

NEPOMUCENO, A. B. C. N.; MIYAZAKI, V. K. Produção do espaço urbano e regularização fundiária: considerações a partir do estudo de Ituiutaba-MG. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: Instituto de Geografia, v.21, n.75, p.251-263, 2020.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG).** Revista Ciências Humanas, v. 10, n. 2, 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira.** Ituiutaba: Barlavento, 2015, 139p. 2015

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN. **Sociedade e Território**, p. 115-133, 2013.



RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B. S.; RIBEIRO, J. A. (coord.) A feira livre de Minas Novas: abastecimento urbano, consumo e renda para a agricultura familiar. Lavras, Turmalina, Minas Novas. **Relatório de Pesquisa**, maio de 2004.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 2015.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 95-102, 2007.

SCHMITZ, Heribert; DA MOTA, Dalva Maria. Agricultura Familiar: categoria teórica e/ou de ação política? **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 16, n. 1112, p. 907-918, 2006.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, 252 p. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: 10.7476/9788538603894. Also available in ePUB from: <https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>

SILVA, Dalva Maria de Oliveira; FERREIRA, Caio Vinicius de Carvalho. **Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964)** DOI10. 5216/o. v14i1. 28611. **OP SIS**, v. 14, n. 1, p. 321-339, 2014.

SILVA, Hellen Mabel Santana; MIRANDA, Eduardo Oliveira; CASTRO JUNIOR, Luis Vitor. Feira livre enquanto espaço de sociabilidade, trabalho e cultura: tramas e subjetividades na Feira de Acari. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas Vitória da Conquista-BA**, n. 18, p. 273-290, 2014.

SILVA, Juniele Martins. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)**. 2011.

SILVEIRA, Vítor Cardoso da; OLIVEIRA, Emilly Santi de; SILVEIRA, Natália Fernandes; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Avaliação da importância das feiras livres e a forma de comercialização adotada pelos feirantes na cidade de Nova Andradina, MS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, HM de. Soberania alimentar. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 716-725, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://.ub.edu/geocrit/9porto/thomaz.htm>. Acesso em 10 de março de 2020

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 2, p.29-37 Editora da UFPR 2000.

**Fontes Orais:**

José Divino Melo – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba(MG)

**Recebido em:** 30/03/2020

**Aprovado para publicação em:** 29/07/2020